



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0317444/2018			
PA COPAM Nº: 00174/1998/022/2017		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Indústria Metalúrgica FRUM LTDA		CNPJ: 61.421.418/0001-67	
EMPREENDIMENTO: Indústria Metalúrgica FRUM LTDA		CNPJ: 61.421.418/0001-67	
MUNICÍPIO: Extrema		ZONA: Urbana	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO: F-05-12-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil.	CLASSE 3	CRITÉRIO LOCACIONAL 0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Anderson Marcos Barbosa		REGISTRO: MG-84106551-0 / ART 14201700000004104827	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Renata Fabiane Alves Dutra Gestora Ambiental		1.372.419-0	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.147.680-1	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0317444/2018

O empreendimento Indústria Metalúrgica FRUM LTDA atua no ramo de fabricação, e comercialização de peças de ferro fundido, para segmento de autopeças (fundição e usinagem). A atividade objeto deste licenciamento é o aterro industrial classe IIB, para a deposição da areia de fundição. Não se verificou incidência de critério locacional.

Em 07/11/2017, foi formalizado, na Supram SM, o processo de Revalidação da Licença de Operação, via Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). A formalização ocorreu com antecedência mínima de 120 dias, configurando revalidação automática. Em 04/04/2018, vide protocolo R006200512018, o empreendimento protocolou ofício optando pela migração para análise vide moldes da DN COPAM 217/2017.

Conforme informado no relatório fotográfico o início da operação ocorreu em 2014 sendo que no ano de 2016 houve o encerramento da célula 1. Atualmente está em operação a célula 2.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RADA, tem-se a dispersão de poeiras geradas durante o descarregamento da areia de fundição e a manutenção do sistema de drenagem de água pluvial para que não haja infiltração e acúmulo de água na massa de resíduo, o que pode comprometer a estabilidade do aterro.

O sistema de drenagem de água pluvial gerada em períodos chuvosos é composto por canaletas de concreto tipo “meia cana” de 0,4 m de diâmetro e interceptadas por caixas de decantação intermediárias de alvenaria (1m x 1m x 1m). Este sistema direciona a água pluvial até uma bacia de contenção impermeabilizada dotada de conjunto moto-bomba que promove a recirculação automática da água para o aterro com o objetivo de umidificação e irrigação das áreas em processo de revegetação. Não há lançamento destas águas para o curso d'água.

Quanto à qualidade das águas subterrâneas, o material depositado é composto por uma mistura de areia, bentonita e carvão. Trata-se de material inerte, com baixo índice de permeabilidade ($k < 10^{-7}$ cm/seg).

A água utilizada no empreendimento é proveniente de 3 poços tubulares devidamente outorgados. O consumo dá-se na totalidade pela atividade de fabricação de peças. Quando necessário é utilizada para umidificação da área de operação do aterro.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento, estando este instalado em perímetro urbano municipal e, portanto, dispensado, também, da constituição de Reserva Legal.

O automonitoramento imposto na licença originária, processo 00174/1998/021/2013 foram devidamente cumpridos, demonstrando o balanço ambiental positivo do empreendimento.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA), sugere-se a concessão do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Indústria Metalúrgica FRUM LTDA” para a atividade de “Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil”, no município de Extrema-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Indústria Metalúrgica FRUM LTDA”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar planilha de controle (volume acumulado) de resíduo de areia de fundição	Mensal, com entrega semestral
02	Monitorar os eventuais recalques que aconteçam no aterro, em todas as células em operação ou finalizadas, e encaminhar os resultados destes monitoramentos na forma de planilhas a SUPRAM SM. O relatório deve vir acompanhado de planta topográfica especificando as células em operação. Considerar os 3 medidores de nível d'água instalados no aterro.	Bimestral, com entrega semestral
03	Apresentar estudo de alocação para perfuração de poços de monitoramento de água subterrânea.	60 dias, contados a partir da concessão da licença
04	Formalizar processos de outorga para autorização da perfuração dos poços de monitoramento.	90 dias, contados a partir da concessão da licença
05	Executar o monitoramento das águas subterrâneas de todos os poços de monitoramento. Parâmetros: alumínio, ferro, manganês, fenóis, sulfato, cromo, fluoreto, ph. A amostragem bem como a comparação entre montante e jusante deve ser realizada através de teste de médias, conforme NBR 13896/1997.	180 dias para apresentação do primeiro laudo. Posteriormente, análises trimestrais com entrega semestral
06	Realizar a aspersão contínua sobre o aterro na época de estiagem.	Durante a vigência da licença

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.